

EXPEDIENTE EXTERNO/DESPACHOS

Nº entrada DGIP	Entidade Exterior	Referencia/Data	Assunto
35580	Câmara Municipal de Lisboa	21/01/2021	Pr.11002888 - R CAP Renato Baptista, 8, 8A e 10 - Informação N.º 1201/INF/DMURB_DepAGU_DivSLAL/GESTURBE/2021 - Data - 12-01-2021 - Processo 2041/EDI/2016 - Deferimento.
Despacho/Data/Assinatura A aut. pte Ribeiro para o pedido de de aut. pte Ribeiro aut. Maria Cruz jun 25.01.2021		Despacho/Data/Assinatura	
Despacho/Data/Assinatura		Despacho/Data/Assinatura	
Despacho/Data/Assinatura		Despacho/Data/Assinatura	
Despacho/Data/Assinatura		Despacho/Data/Assinatura	



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador Ricardo Veludo

Processo: 2041-EDI-2016

Informação nº 1201/INF/DMURB_DepAGU_DivSLAL/GESTURBE/2021

DEFIRO

Nos termos e com os fundamentos constantes na informação e despachos inseridos no sistema Geslis e que se anexam ao presente despacho.

O Vereador

Ricardo Veludo

Por delegação e subdelegação de competências
conforme Desp. Nº 99/P/2017, publicado no 1º
Supl. ao B.M. nº 1240, de 23/11/2017 alterado e
republicado pelo Desp. Nº 120/2019, publicado no
5º Supl. ao B.M. nº 1342, de 7/11/2019.

Assinado por : **RICARDO MANUEL MORAIS
VELUDO E SILVA**

Num. de Identificação Civil: BI098760297

Data: 2021.01.19 17:34:18 +0000





Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Urbanismo
Departamento de Apoio à Gestão Urbanística
Divisão de Saneamento Liminar e Apoio ao Licenciamento

Folha n.º

Informação

N.º 1201/INF/DMURB_DepAGU_DivSLAL/GESTURBE/2021

Data

12-01-2021

Assunto: Alteração - Alterações Exteriores

Processo n.º 2041/EDI/2016

Requerente: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Local: R Capitão Renato Baptista, 8-10

Freguesia: Arroios

Despacho

O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento de obras de alteração de edifício para uso habitacional, aprovado condicionalmente por despacho do Sr. Vereador Manuel Salgado, de 21.4.2017.

De acordo com informação n.º 942/INF/.../2021 e respetivo despacho ingresso em documentos digitais, foram satisfeitas as condições de aprovação do projeto de arquitetura, devendo a aceitação do exposto ser submetida à consideração superior em simultâneo com o deferimento do presente processo.

De acordo com a informação n.º 942/INF/.../2021, julga-se de inscrever a seguinte condição de licença:

- Deverá a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa apresentar uma amostra física de azulejo a aplicar na fachada principal, caso seja solicitada pela Divisão de Fiscalização.

Foram apresentados os projetos/ isenções das especialidades de engenharia necessários para a operação urbanística aprovada, instruídos em conformidade, nomeadamente as especialidades de estabilidade, demolição, esgotos, ventilação, térmica, segurança contra incêndio, ruído, eletricidade, telecomunicações, rede de gás e rede de águas.

Em função das especialidades apresentadas, julga-se ainda incluir a seguinte condição de licença:

- As caixas de ramal de ligação da rede de esgotos deverão ser executadas no interior do lote, nos termos do artigo 40.º, do Regulamento Geral das Canalizações de Esgoto da Cidade de Lisboa.

Os termos de responsabilidade dos autores dos projetos juntamente com as declarações de inscrição na associação pública respetiva, são garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis aos projetos, excluindo-se a sua apreciação prévia, em conformidade com o n.º 8 do artigo 20º do RJUE, salvo nas situações em que estas mencionem algum incumprimento.



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Urbanismo
Departamento de Apoio à Gestão Urbanística

Divisão de Saneamento Liminar e Apoio ao Licenciamento

Considerando que a identificação, no termo de responsabilidade, da legislação que foi observada na elaboração do projeto é meramente exemplificativa e que a sua incorreta ou insuficiente discriminação não prejudica a responsabilidade civil, contraordenacional ou penal que pode ser imputada ao técnico autor do projeto, em razão da violação de uma norma legal ou regulamentar que seja aplicável, a presente análise não incidiu sobre a adequação e suficiência da legislação referida pelos técnicos, nos termos que subscrevem.

A compatibilidade entre os projetos das especialidades e o projeto de arquitetura aprovado é da inteira responsabilidade do coordenador de projetos, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do RJUE.

As falsas declarações prestadas nos termos de responsabilidade dos autores e coordenador de projetos integram o crime de falsificação de documentos, nos termos do n.º 2 do artigo 100.º do RJUE e artigo 256.º do Código Penal, sendo ainda puníveis como contraordenação, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 98.º do RJUE, devendo ainda ser as mesmas comunicadas à associação pública de natureza profissional respetiva, conforme preceituado no n.º 6 do art.º 10º do RJUE.

Sempre que forem detetadas tais irregularidades nos termos de responsabilidade será efetuada a devida participação à respetiva associação pública de natureza profissional, ao Ministério Público e será instaurado o respetivo procedimento de contraordenação.

De acordo com a informação n.º 9668/INF/.../2020, e respetivo despacho registado na informação n.º 10093/INF/.../2020, foi requerida a isenção da taxa administrativa ao abrigo do n.º 1 do artigo 15.º do RMTRAUOC.

Nos termos do despacho do Sr. Vereador Ricardo Veludo, de 2.11.2020, exarado na informação n.º 131/SG/DJ/DCAJ/2020, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa encontra-se isenta do pagamento de qualquer taxa urbanística, pelo que se julga de propor o deferimento da isenção de taxas urbanísticas.

Em face do exposto, propõe-se o deferimento do presente processo nas condições da presente informação e da folha de controlo, com a liquidação das taxas efetuada com base nos dados da Ficha de Elementos Estatísticos apresentada e validada, e no RMTRAUOC, conforme folha de taxas do presente processo.

À consideração superior,

O(A) Técnico(a)

(Vasco Fernandes (DMU/DAGU/DSLAL))



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Urbanismo
Departamento de Licenciamento Urbanístico
Divisão de Licenciamento - Área Histórica Central

Folha n.º

Informação

N.º 942/INF/DMURB_DepLu_DivAHC/GESTURBE/2021

Data

08-01-2021

Assunto: Alteração - Alterações Exteriores

Processo n.º 2041/EDI/2016

Requerente: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Local: R Capitão Renato Baptista, 8-10

Freguesia: Arroios

Despacho

Na sequência da aprovação do projecto de Arquitectura, condicionada à entrega de amostra de azulejo a aplicar na fachada principal, por forma a aferir da sua adequação às características arquitectónicas do edificado, verifica-se a entrega de memória descritiva e ficha técnica do elemento porcelânico, através do processo 14405/OTR/2020 ingresso a 23/12/2020.

Entendendo-se não ser viável a entrega da amostra física do elemento cerâmico 10x10 cm, liso, cor 28 a aplicar na fachada, julga-se de aceitar a reprodução gráfica com a cor pretendida e dimensões propostas.

Considerando-se sanada a condicionante apontada em despacho pelo Sr. Director de Departamento a 13/12/2019, e comprometendo-se a SCML a entregar a amostra na eventual solicitação pela CML, o presente processo reúne condições para prosseguir a sua tramitação.

O(A) Técnico(a)

(João Santos Silva (DMU/DLU))



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Urbanismo

Departamento de Apoio à Gestão Urbanística
Divisão de Saneamento Liminar e Apoio Ao Licenciamento

Folha Nº	
Processo Nº	2041/EDI/2016
Assunto	Alteração - Alterações Exteriores
Obra Nº	7633

CONTROLO FINAL PARA DEFERIMENTO DO PEDIDO DE EDIFICAÇÃO

ELEMENTOS A ENTREGAR PARA EMISSÃO DO ALVARÁ DE OBRA

Estimativa actualizada	X
TR do director de obra construção/alteração	X
TR do director de obra de demolição	
Termo de responsabilidade escavação /contenção periférica	
TR do director fiscalização de obra construção/alteração	X
TR do director de fiscalização da obra de demolição	
Alvará de construção	X
Alvará de empreiteiro especializado em escavações/contenções	
Apólice de seguro de acidentes de trabalho	X
Apólice de seguro de responsabilidade civil	X
Apólice do seguro de construção	
Plano de segurança e saúde	X
Livro de obra	X
Ver observações	X

**ELEMENTOS A ENTREGAR COM A INSTRUÇÃO DO PEDIDO:
(X) DE UTILIZAÇÃO / () DE CONCLUSÃO DAS OBRAS**

Livro de obra	X
Certificado de exploração da instalação de ELECTRICIDADE	X
Certificado de exploração da instalação de TELECOMUNICAÇÕES	X
Certificado de exploração da instalação de GÁS	X
Traçado definitivo do projecto de ÁGUAS aprovado	X
Certificado de exploração das instalações electromecánicas	
TR da certificação do betão e das armaduras de acordo com as normas portuguesas	X
CE - Certificado Energético e da Qualidade do Ar Interior	X
Avaliação Acústica	
Outorga da escritura	

CONDIÇÕES DE ALVARÁ DE OBRA

Gerais Construtivas Especiais	Cumprir as disposições do nº 1 do artigo 71º do RMUEL, alíneas a)	X
	Transcrever parecer da _____ a folhas _____	
	Cumprir disposição do D 46427 e DL 273/03	X
	Comunicar as concessãoárias início dos trabalhos de escavação	
	Construir entradas especiais nos passeios fronteiros aos vãos de porta destinados ao acesso de veículos automóveis devidamente reforçadas. Deverá ser solicitado aos serviços municipais o boleamento do lancil.	
	Ligar os tubos de queda das águas pluviais directamente a uma das caixas de visita da rede de esgotos do prédio, por não ser de autorizar a colocação de calhas nos passeios.	X
	Cumprir o despacho 53/75	X
	Dar Satisfação ao Art 135º do RGEU	X
	Dar Satisfação ao Art 110º do RMUEL	
	Dar Satisfação ao Art 67º do RMUEL	X
	Cumprir disposições do DL 46/08 de 12 de Março	X

Técnico Responsável de Obra

Engenheiro civil ou Engenheiro Técnico Civil	

LIQUIDAÇÃO DE TAXAS

Prazo	9 Meses	X
Taxas	Obras executadas: () totalmente () parcialmente	
	A fª no valor de _____ €	
	Compensação urbanística no valor de 0,00 €	
Demolição	Demolição: () Total (X) Parcial	X
	Pisos Demolidos 5	X
	Prazo:	

TRANSCRIÇÕES PARA O ALVARÁ DE OBRA

O alvará inicial de obras deverá estar sempre em dia, até à data da conclusão das obras.	X
O ajustamento dos projectos das especialidades com o projecto de arquitectura é da responsabilidade dos respectivos autores.	X

NOTAS

Alvarás	Demolição	
Associados	OVP	

OBSERVAÇÕES

Aprovação do projecto de arquitectura e o deferimento em simultâneo.	

Data 12-01-2021 Engenheiro(a) Vasco Fernandes (DMU/DRU/DIVLU)

DESPACHOS

A Exma. Senhora Diretora Municipal,
Considerando-se cumpridas as condições de aprovação do projeto de arquitetura, proponho a aceitação do exposto na informação n.º 942/INF/.../2021, e respetivo despacho ingresso em documentos digitais, à consideração superior em simultâneo com o deferimento do pedido de edificação, devendo as obras observar as condições expressas na presente folha de controlo.
Proponho ainda o deferimento da isenção de taxas urbanísticas, conforme proposto na informação n.º 1201/INF/.../2021.

Ao Exmo. Senhor Vereador Ricardo Veludo,
Concordo.

TRANSCRIÇÕES PARA O ALVARA DA OBRA (Cont.)

Aos elementos de valor patrimonial dar o destino preconizado na inf. ____ folhas ____	
É da responsabilidade do titular da licença de obras a manutenção da(s) fachada(s) e empena(s)	X
A solução preconizada para a demolição é da responsabilidade do seu autor	X
Qualquer dano provocado às edificações confinantes, proveniente dos trabalhos de demolição, é da responsabilidade do titular da licença de Obras, que terá de proceder à sua reparação	X
As placas toponímicas serão entregues no depósito municipal	
Não foram realizadas as consultas definidas no despacho n.º 92/P/2009, publicado em B.M. de 12/06/2009.	
Cumprir o disposto no n.º 1, do artigo 71.º do RMUEL, no que for aplicável.	
Não são permitidas quaisquer alterações exteriores ao nível da cobertura ou fachadas que não estejam representadas no projeto de arquitetura aprovado, designadamente, painéis solares e aparelhos de ar condicionado. Salienta-se que estes sistemas técnicos, a existirem, devem estar representados nas peças desenhadas de arquitetura aprovadas, ao abrigo dos artigos 39.º e 49.º, do RMUEL. As alterações exteriores deverão estar sujeitas ao respetivo controlo prévio camarário.	
Os termos de responsabilidade dos autores dos projetos juntamente com as declarações de inscrição na associação pública respetiva, são garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis aos projetos, excluindo-se a sua apreciação prévia, em conformidade com o n.º 8 do artigo 20º do RJUE, salvo nas situações em que estas mencionem algum incumprimento.	
Considerando que a identificação, no termo de responsabilidade, da legislação que foi observada na elaboração do projeto é meramente exemplificativa e que a sua incorreta ou insuficiente discriminação não prejudica a responsabilidade civil, contraordenacional ou penal que pode ser imputada ao técnico autor do projeto, em razão da violação de uma norma legal ou regulamentar que seja aplicável, a presente análise não incidiu sobre a adequação e suficiência da legislação referida pelos técnicos, nos termos que subscrevem.	
A compatibilidade entre os projetos das especialidades e o projeto de arquitetura aprovado é da inteira responsabilidade do coordenador de projetos, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 10º do RJUE.	
As falsas declarações prestadas nos termos de responsabilidade dos autores e coordenador de projetos integram o crime de falsificação de documentos, nos termos do n.º 2 do artigo 100.º do RJUE e artigo 256.º do Código Penal, sendo ainda puníveis como contraordenação, nos termos da alínea e) do nº 1 do artigo 98º do RJUE, devendo ainda ser as mesmas comunicadas à associação pública de natureza profissional respetiva, conforme preceituado no nº 6 do art.º 10º do RJUE.	
Sempre que forem detetadas tais irregularidades nos termos de responsabilidade será efetuada a devida participação à respetiva associação pública de natureza profissional, ao Ministério Público e será instaurado o respetivo procedimento de contraordenação.	
Não é permitida a descarga de caudais de novos tubos de queda de águas pluviais para a via pública, nem a execução de calhas no passeio para encaminhamento das mesmas, nos termos do artigo 40.º, do Regulamento Geral das Canalizações de Esgoto da Cidade de Lisboa, Edital n.º 145/60, na redação atual.	
As caixas de ramal de ligação da rede de esgotos deverão ser executadas no interior do lote, nos termos do artigo 40.º, do Regulamento Geral das Canalizações de Esgoto da Cidade de Lisboa.	
No âmbito do n.º 8, do despacho n.º 92/P/2009, é da responsabilidade do requerente a recolha de todas as autorizações necessárias previamente à execução da ligação às infraestruturas existentes no local, assim como todos os danos e encargos que forem resultantes da intervenção. A junção do termo de responsabilidade dos autores dos projetos dispensa a consulta ao serviço competente.	
Deverá a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa apresentar uma amostra física de azulejo a aplicar na fachada principal, caso seja solicitada pela Divisão de Fiscalização.	

OBSERVAÇÕES (Cont.)

Considerando a proposta de demolição parcial, o diretor técnico da obra e o diretor de fiscalização da obra não poderão ser arquitetos, nos termos da Lei n.º 40/2015, de 1/6.
Os termos de responsabilidade do diretor técnico de obra e de fiscalização de obra deverão indicar unicamente a operação urbanística de "alteração".
Como elemento instrutor do pedido de emissão de alvará deverá ainda ser apresentado comprovativo do vínculo do diretor técnico da obra ao empreiteiro, conforme alínea c) do n.º 4 do Artigo 22.º da Lei n.º 31/2009 de 3 de Julho com a nova redação dada pela Lei n.º 40/2015 de 1 de Junho.



Câmara Municipal de Lisboa

Processo: 2041/EDI/2016

Procedimento: Licença - Alteração / Alterações Exteriores

NIF: 500745471

Locais: R Capitão Renato Baptista, 8-10

Taxa Administrativa

Agrupamento	Fórmula	Valor
Obras de demolição e o aditamento de alteração	$((3 \times Ea \times VUa) + (Td \times VUt))$	594,00 €
Aditamento aos projectos de arquitectura ou de especialidades	$((VUa) \times (5))$	450,00 €
Obras de edificação e o aditamento de alteração	$((4 \times Ea \times VUa) \times C2) + (T \times VUt)$	778,50 €

Acerto Manual da taxa Administrativa: 1.822,50 €

Valor total da taxa Administrativa: 0,00 €

Taxa TRIU

Fórmula	Valor	Redução	Valor da Redução	Acerto Manual	Valor Final
$SUM (A \times C3) \times VUtriu$	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Liquidação de Taxas: 0,00 €

Valor pago pela taxa de instrução: 576,00 €

Valor total de taxas a reembolsar: 576,00 €

O Técnico _____ / / _____

Variáveis usadas no cálculo das taxas

Variável	Descrição
C2	- Coeficiente que diferencia as intervenções de acordo com a localização, operação urbanística e uso a que se destina a edificação, que para efeitos deste calculo é de 1
C3	- Coeficiente que diferencia as intervenções de acordo com a localização e uso a que se destina a edificação.
Ea	- Escalão de área definido apartir do(a) N° Pisos Demolidos da unidade de intervenção, que para efeitos deste calculo é de 2,20
Ea	- Escalão de área definido apartir do(a) Superfície de Pavimento da unidade de intervenção, que para efeitos deste calculo é de 1,60
VUa	- Valor unitário obtido a partir da tabela de taxas e outras receitas municipais (actualizável anualmente), que para efeitos deste calculo é de 90€
VUt	- Valor unitário obtido a partir da tabela de taxas e outras receitas municipais (actualizável anualmente), que para efeitos deste calculo é de 22,50€
VUtri	- Valor unitário obtido a partir da tabela de taxas e outras receitas municipais (actualizável anualmente), que para efeitos deste calculo é de 19,35€
T	- Prazo em meses para a execução das obras ou ocupação da via pública, que para efeitos deste calculo é de 9
TD	- Prazo em meses para a demolição das obras, que para efeitos deste calculo é de 0
A	- Área bruta de construção (medida em m2), por uso, acrescida pela operação urbanística

Dados de Uso/Superfície da TRIU

Área Consolidada - Espaço Central e Residencial - Traçado Urbano A Consolidado / R Capitão Renato Baptista 8-10

Usos	Situação Existente	Situação Proposta	Diferença (A/F)	C3
	Superfície de Pavimento	Superfície de Pavimento		
Habitacional	554,80 m²	554,80 m²	0,00 m²	4
Turismo	0,00 m²	0,00 m²	0,00 m²	4
Equipamento	0,00 m²	0,00 m²	0,00 m²	4
Terciário	0,00 m²	0,00 m²	0,00 m²	4
Industrial	0,00 m²	0,00 m²	0,00 m²	4
Logística	0,00 m²	0,00 m²	0,00 m²	4
Produção Agrícola	0,00 m²	0,00 m²	0,00 m²	4

► Lista de Reduções

Administrativa

Outras reduções e acertos	1.822,50 €
---------------------------	------------

Motivo do Acerto Manual

Nos termos do despacho do Sr. Vereador Ricardo Veludo, de 2.11.2020, exarado na informação n.º 131/SG/DJ/DCAJ/2020, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa encontra-se isenta do pagamento de qualquer taxa urbanística.

Consultas de Apreciação

Pareceres/Despachos

Data	Técnico		Tipo	Sentido	Conclusões
16-02-2017	DIVLU-Maria Madalena Trincao Silva Cunha		Parecer	Indeferimento	<p>Notifique-se o Requerente, nos termos e para os efeitos do art.º 117º do CPA, para que, no prazo de 10 dias úteis, seja dada satisfação ao solicitado na presente informação técnica.</p> <p>Ao Sr. Diretor do DRU, Arq. Nuno Morais: Considerando que se julga de aceitar as alterações efetuadas na fachada a tardo, que são mantidas as alturas da edificação e da fachada, e nos termos do n.º 1 do art.º 20º do RJUE, do art.º 107º do RMUEL e atendendo ainda ao determinado no n.º 2 do despacho 34/P/2013, retificado pelo Boletim Municipal 1007 de 06/06/2013, a apreciação dos pedidos de licenciamento não de verá incidir sobre as matérias respeitantes ao interior das edificações, incluindo as que digam respeito a acessibilidades, sendo que eventuais incumprimentos serão da inteira responsabilidade do(s) projetista(s), conforme termos de responsabilidade constantes do presente processo. Propõe-se ao abrigo do n.º 3 do art.º 20º do RJUE aprovação do projeto de arquitetura, nos termos e fundamentos expressos na informação 7234/INF/DIVLU/GESTURBE/2017 a fls. 86 a 88 do p.p. e na presente informação técnica.</p> <p>Em caso de concordância com o entendimento expresso, julga-se estarem reunidas condições para se aprovar o projecto de arquitectura nos termos e com os fundamentos que constam da p. informação. A aprovação deverá ficar condicionada à entrega de amostra de azulejo a aplicar na fachada principal, por forma a aferir da sua adequação às características arquitectónicas do edificado.</p> <p>Ao Sr. Vereador. Concordo. Por subdelegação de competências no Despacho 111/P/2015 de 14 de Setembro de 2015, publicado no B.M. n.º 1127, de 24 de Setembro de 2015.</p> <p>Aprovo, Nos termos propostos. Por delegação de competências no Despacho n.º 142/P/2015 de 17 de Dezembro de 2015, publicado no 2º suplemento do B.M. n.º 1139, de 17 de Dezembro de 2015.</p> <p>Notificar conforme proposto. Após notificar, deverá o processo ser remetido à DLU nos termos indicados.</p> <p>À DLU, conforme proposto. A Chefe de Divisão,</p> <p>Propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento.</p> <p>À Exma. Senhora Diretora Municipal, considerando-se cumpridas as condicionantes de aprovação da arquitetura, proponho a aprovação das alterações introduzidas ao projeto de arquitetura decorrentes da verificação dessas condicionantes, nos termos da informação nº 942/INF/2021 e respetivo despacho, bem como o deferimento do pedido de licenciamento, devendo a execução das obras observar as condições constantes na folha de controlo. Mais se julga de propor o deferimento do pedido de isenção de taxas, nos termos propostos.</p> <p>Exmo. Senhor Vereador Ricardo Veludo Concorde com o deferimento do pedido de licenciamento, nos termos propostos.</p>
17-04-2017	DIVLU-Maria Madalena Trincao Silva Cunha		Parecer	Aprovação	
18-04-2017	DRU-Nuno Miguel Vasconcelos Abreu Flor de Morais		Parecer	Aprovação	
21-04-2017	DMURB-Jorge Tavares (DMPRGU)		Parecer	Aprovação	
21-04-2017	GAV_MS-Manuel Salgado		Despacho	Aprovação	
17-02-2020	DMURB_DepAGU_DivSLAL-Cristina Lopes (DMU/DAGU/DSLAL)		Parecer	Indeferimento	
27-04-2020	DMURB_DepAGU_DivSLAL-Cristina Lopes (DMU/DAGU/DSLAL)		Parecer	À Consideração Superior	
12-01-2021	DMURB_DepAGU_DivSLAL-Vasco Fernandes (DMU/DRU/DIVLU)		Parecer	Deferimento	
12-01-2021	DMURB_DepAGU-Luisa Nobre (DMU/DAGU)		Parecer	Deferimento	
15-01-2021	DMURB-Rosália Russo (DMU)		Parecer	Deferimento	

Folhas de Controlo

Leila Alexandra Brito Duarte Costa

De: Inês Videira Lopes de Andrade Miranda
Enviado: 21 de janeiro de 2021 10:59
Para: Leila Alexandra Brito Duarte Costa
Assunto: FW: Processo : 2041/EDI/2016 - 2041/EDI/2016
Anexos: 2041EDI2016.pdf

Leila,
Para dar entrada sff.
Obrigada

Cumprimentos,

Inês Videira Miranda
Diretora

Unidade de Apoio Técnico e Arquivo
Direção de Planeamento, Estudos e Projetos Departamento de Gestão Imobiliária e Património Largo Trindade Coelho
1200-470 Lisboa
Tel. 213 235 883 | Ext. 10883
Telemovel: 930 434 161
Email: ines.vmiranda@scml.pt
www.scml.pt

-----Mensagem original-----

De: Helena Lucas
Enviada: 21 de janeiro de 2021 10:47
Para: Joana Isabel Rodrigues Mateus; Rute Alexandra Lemos Ribeiro; Inês Videira Lopes de Andrade Miranda
Assunto: FW: Processo : 2041/EDI/2016 - 2041/EDI/2016

Helena do Canto Lucas
Diretora

Departamento de Gestão Imobiliária e Património Largo Trindade Coelho 1200-470 Lisboa Tel. 213 235 456 | Ext. 10456 helena.lucas@scml.pt www.scml.pt

-----Mensagem original-----

De: dmu.dagu.dslal@cm-lisboa.pt [mailto:dmu.dagu.dslal@cm-lisboa.pt]
Enviada: 21 de janeiro de 2021 10:04
Para: Helena Lucas <helena.lucas@scml.pt>
Assunto: Processo : 2041/EDI/2016 - 2041/EDI/2016

Nos termos e para os efeitos do artigo 114º do Código do Procedimento Administrativo, fica V. Ex.^a notificado de que, por despacho do Senhor Vereador Ricardo Veludo, o pedido de licenciamento que deu origem ao processo referido em assunto, foi DEFERIDO, conforme informações e despachos que se anexam.

O requerimento para emissão do(s) alvará(s) poderá ser entregue, acompanhado dos elementos indicados na informação em anexo, sem prejuízo do prazo de 1 ano previsto para o efeito, se encontrar suspenso, nos termos da Lei n.º1-A/2020 de 19 de Março.

Mais se informa que, atendendo ao atual contexto de emergência de saúde pública, os elementos que vierem a ser entregues devem ser enviados por correio eletrónico para o endereço municipe@cm-lisboa.pt, em formato PDF (peças escritas) e/ou em formato DWF (peças desenhadas). Os anexos não podem exceder 15Mb.

Nos casos em que a dimensão dos ficheiros não seja compatível com a capacidade das caixas de correio eletrónico devem os mesmos ser enviados através de um link inserido na mensagem do e-mail com recurso a uma das aplicações disponíveis na internet para o efeito, nomeadamente através da plataforma wetransfer ou outra equivalente, desde que não requeira software específico para a sua abertura e leitura.

Caso necessite de esclarecimentos sobre a formalização da entrega dos elementos nos termos acima descritos por favor contacte a Divisão do Atendimento através dos números 808203232 ou 218170552.

Com os melhores cumprimentos,

Margarida Bento

Assistente Operacional

(teletrabalho)

Qualquer resposta a esta mensagem deve ser encaminhada para :

Divisão de Saneamento Liminar e Apoio Ao Licenciamento Lisboa.pt | tel 808 20 32 32 | e-mail municipe@cm-lisboa.pt